

TORORÓ Sefaz comunicou que entrará em contato com Defensoria Pública para tentar um desfecho amigável para o caso Prefeitura e comunidade disputam terreno

HENRIQUE ALMEIDA*

A queda de braço entre a prefeitura de Salvador e a comunidade do Tororó tem gerado apreensão na localidade. De um lado, a administração municipal ajudou uma ação de reintegração de posse de "área municipal irregularmente ocupada" para obras de ampliação e de vias de acesso à Estação da Lapa. Do outro, os moradores alegam estar consolidados há anos no terreno, que é uma das zonas especiais de interesse social (Zeis) incluídas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU).

A região reivindicada é a rua Monsenhor Rubem Mesquita. Contudo, os moradores temem que a travessa da Fonte e a região chamada Futuro do Tororó entrem no processo. Moradores procuraram a Defensoria Pública do Estado (DPE), sendo 38 réus, das 71 famílias afetadas.

"O prefeito quer a área para construir o estacionamento do futuro Shopping Nova Estação, mas muitas pessoas aqui pagam água, energia e IPTU. Muitas pessoas moram aqui há mais tempo do que o prefeito tem de vida", indigna-se o servidor público federal Uilson dos Reis Sales, 43 anos.

O líder comunitário Roberval Santos, 38 anos, mora no local há 14 anos e reclama de que não houve diálogo. "A ação judicial tem quase dois anos, mas só fomos saber que estávamos como réus há alguns meses, quando um oficial de justiça veio aqui. Tivemos que procurar a Defensoria Pública", diz.

Roberval ainda destaca que a prefeitura "faltou com a verdade", pois alegou que a ocupação possuía menos de um ano, sem apresentar qualquer prova. De acordo com a Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz), órgão que solicitou a reintegração de posse, "em nenhum momento foi afirmado na petição inicial que a ocupação tinha menos de um ano. Tanto que a demanda foi ajuizada sob rito comum e não pelo rito especial, que cabe quando a ocupação data de menos de um ano". A ação foi ajuizada em



Raul Spinasse / Ag. A TARDE / 9.8.2018

Região reivindicada é a rua Monsenhor Rubem Mesquita, localizada no bairro do Tororó. Processo envolve 38 réus e afeta 71 famílias

Terreno é uma das zonas especiais de interesse social (Zeis) incluídas no PDDU

Especialista diz que prefeitura não possui argumentos para a reivindicação

dezembro de 2017.

O órgão também explica que pediu a liminar pela urgência na retirada para implantação de equipamento da Estação Nova Lapa, e não pela ocupação. "Ainda que a ocupação permaneça por muitos anos, a Constituição proíbe usucapião sobre áreas públicas, que devem ser reintegradas para atender ao interesse público. Como há necessidade de reintegração da área integral para requalificação do entorno da Estação Nova Lapa, ajuizou-se a demanda para tanto", diz a Sefaz, em nota.

Tramitação

A prefeitura teve a liminar de posse negada no processo que corre na 8ª Vara da Fazenda Pública, pela falta de

provas de requisitos mínimos para o sucesso da ação. A gestão municipal entrou com recurso e a defesa da comunidade está sendo feita pelo Núcleo Fundiário da Defensoria Pública. De acordo com a assessoria da DPE, a contestação do recurso da prefeitura não foi protocolada. "O prazo para a DPE protocolar a contestação passou ser contado a partir do último aviso de recebimento positivo. Dos 38 réus arrolados, apenas nove, até o momento, contam com aviso de recebimento positivo", diz a DPE, em nota.

A Sefaz comunicou que entrará em contato com a DPE, pela Procuradoria Geral do Município, para tentar um desfecho amigável. Para a doutora em urbanismo pe-

la Universidade Federal da Bahia (Ufba) Paula Moreira, a prefeitura não possui argumentos para reivindicar a reintegração, pois se trata de uma área incluída nas Zeis, que são demarcadas e que devem ter uma política e tratamento especial por conta da vulnerabilidade social.

Existem cinco tipos de Zeis, a do Tororó configura-se na classe 1, que representa as áreas de assentamentos precários – favelas, além de loteamentos e conjuntos habitacionais irregulares, de acordo com divisão no portal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (Sedur).

Ela cita que, de acordo com o PDDU (Lei 9069/2016), as Zeis devem ser dotadas de equipamentos públicos co-

mo creches, postos de saúde e escolas. "O adensamento populacional na região começou há cerca de 15 anos. Antes, já tinha alguns moradores, mas é a partir daí que começa a se consolidar como comunidade. Antes, era uma região de mata e perigosa por conta dos assaltos e desova", lembra.

Com isso, ela acredita que o interesse da prefeitura sobre a área é priorizar a iniciativa privada e que o uso para o qual seria destinada a área não está claro. Quando questionados sobre para onde ir, caso a desocupação fosse concretizada, a resposta dos moradores foi simples. "Ocupar a Lapa".

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

LUTA NEGRA

Aula pública na Piedade marca os 220 anos da Revolta dos Búzios

FELIPE SANTANA*

Quem visitou a praça da Piedade na tarde de ontem presenciou um ambiente diferente. Com algumas cadeiras espalhadas, microfones e folhas de ofício, membros da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen) apresentaram uma aula pública em alusão aos 220 anos da Revolta dos Búzios, também conhecida por outros nomes, como Revolta dos Alfaiates, Revolta das Argolinhas e Inconfidência Baiana.

A ação faz parte do Agosto Negro e retine, além da aula pública, uma série de atividades para marcar a data. Os integrantes da Conen ainda apresentaram recital de poesias e músicas. O Agosto Negro oferece um significado especial devido aos fatos históricos relacionados à luta dos negros nesse período. A Revolta dos Búzios ocorreu em 1798 e foi considerada a mais importante rebelião urbana do Brasil colônia. Segundo Gilberto Leal, coordenador do Conen na Ba-

hia, a aula pública teve a proposta de apresentar elementos do processo histórico das pessoas que lutaram por uma sociedade melhor.

"O exemplo que queremos reviver na história é instrumento para as pessoas que estão necessitando despertar para a luta da população negra. Além disso, a ideia é mostrar o enfrentamento dessa opressão que se estende atualmente pela sociedade", disse o coordenador.

Homenagem

O ato ainda destacou a importância histórica da praça da Piedade. Durante as atividades, os participantes ainda realizaram uma homenagem.

Os bustos de João de Deus do Nascimento, Manuel Faustino Santos Lira, Lucas Dantas de Amorim Torres e Luís Gonzaga das Virgens e Veiga, líderes da Revolta dos Búzios, foram decorados com flores.

Além disso, foi também realizada uma homenagem às mulheres da revolta Luiza

A mobilização ocorreu no ano de 1798 e também é conhecida por Revolta dos Alfaiates, Revolta das Argolinhas e Inconfidência Baiana

Francisca de Araújo, Lucrécia Maria, Domingas Maria do Nascimento e Anna Romana Lopes.

De acordo com o militante do Conen Roque Peixoto, o ato tem a proposta de conchamar o povo para falar sobre a história e trazer a luta para o contexto atual. "Por meio do ato público, pen-



Luciano Carraz / Ag. A TARDE

Aula, homenagem aos líderes e recitais integraram a atividade, ontem, na Piedade

samos em trazer uma reflexão para os dias atuais", disse Roque.

O comerciante Evaristo Pires, 35 anos, passava pelo local no momento da aula. Para ele, a ação chamou a atenção por mostrar a história dos negros relacionando ao cenário dos dias atuais. "Fiquei encantado com a

atividade. Estava passando bem rápido para pegar o ônibus, mas percebi que é uma ação que fala bastante sobre a minha realidade, minha luta", disse o comerciante.

A estudante Marcela Oliveira, 19 anos, relatou sobre a importância de apresentar para os jovens como foi a luta naquela época e como

tudo se traduz nos dias de hoje.

"Fiz questão de chamar meus colegas de faculdade para participar. Seria interessante que todos os negros e negras participassem de ações como essa", disse.

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA